

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA (1930-1940)

Ticiane Bombassaro*

Resumo

A formação de professores para a disciplina de Educação Física no estado de Santa Catarina obteve atenção dos intelectuais que dirigiam o Departamento de Educação a partir dos anos de 1930. Nesse período, no qual o discurso sobre a formação somática dos sujeitos passou a ser efetivada como política educacional, o Estado se dedicou a criar um curso de formação de professores específico para a disciplina. O Curso Provisório da capital, como ficou conhecido, deu os primeiros passos na sistematização de um método a ser aplicado na execução do programa para as escolas primárias e secundárias, executando também os ideais políticos que permeavam os discursos educacionais, em geral. Assim, a educação física foi tomando espaço como disciplina nos currículos escolares e seus professores passaram a ser instruídos por uma pedagogia racional e científica.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Física. Pedagogia.

A formação de professores em Santa Catarina emergiu como um importante vetor de construção de uma nova sociedade nos anos de 1930, seguindo o contexto nacional que promulgava modificações nas formas de ensinar. Se o desenvolvimento econômico e social, considerado um índice de progresso, dependia da formação de um novo tipo de cidadão, era necessário dedicar grande atenção aos processos de formação dos sujeitos e alcançar os cursos de preparação de professores como primeiro espaço de reformulações para esse fim.

Os cursos de formação de professores apresentavam grande valor, mesmo que fosse bastante incipiente o seu ingresso no conjunto de carreiras superiores, o que não correspondia ao seu papel na preparação das mentalidades e na construção de uma nova geração mais adequada a trilhar os rumos da modernidade. Santa Catarina, que possuía quatro cursos de formação de professores em meados da década de 1930, prescindia da formação de professores de Educação Física, já existente no país desde 1933 e aprimorada pela criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (EEFD), fruto do Decreto-lei 1212, de 17 de

* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. E-mail: ticib@bol.com.br

abril de 1939. A EEFD foi a primeira de nível superior ligada a uma universidade, tendo sido criada para ser a escola-padrão dessa formação profissional no Brasil.

Segundo Silvana Goellner (1992), a preocupação com a formação de professores para a disciplina se iniciou com a obrigatoriedade da Educação Física Escolar imposta pela Constituição de 1934. Não tendo sido suficiente o número de formandos nos diversos cursos criados no país, ocorreu o que a Autora chamou de militarização da profissão, com instrutores provenientes do Exército no comando da disciplina nas escolas primárias e secundárias do país. Corroborando esses dados, ela afirma que, no período compreendido entre 1930 e 1945, especializaram-se em Educação Física 3.409 pessoas, sendo 1.634 provenientes de instituições militares, 1.042 em instituições civis e 733 em cursos provisórios ou especiais.

Nesse contexto, em Santa Catarina, o impulso na formação de professores para a disciplina se deu com a Reforma de 1935, que havia estabelecido que o Departamento de Educação dividir-se-ia em diversas Subdiretorias dentre as quais uma de “Educação Física, Recreação e Jogos”. Anos mais tarde, devido a sua suposta ineficácia, organizou-se a Inspeção de Educação Física, pelo Decreto-lei nº 125, de 18 de junho de 1938, a qual Aloyr Queiroz de Araújo¹ assumiu.

A Inspeção ficava sediada no C.R. Francisco Martineli tendo este edifício sido adaptado também para o funcionamento do Curso Provisório de Educação Física, à época localizado na Rua João Pinto. Nos anos de 1938 e 1939, enquanto se organizava a Inspeção e o Curso Provisório, o Inspetor Aloyr de Queiroz, em entrevistas concedidas aos jornais da capital, comentava a sua realização ora nas dependências do CR Francisco Martinelli, ora no Instituto de Educação da Capital. Em algumas ocasiões, foi mencionado que as atividades aconteceriam nas instalações do Batalhão do Exército, mas esse dado não encontra confirmação a não ser no que se refere ao uso das dependências para a realização do concurso

¹ A Revista de Educação Física – Órgão Oficial da Escola de Educação Física do Exército (1932) apresentou uma pequena biografia de Aloyr Araújo: “Elemento expressivo da nova geração espírito-santense, o sr. Aloyr Queiroz de Araújo está em Florianópolis dirigindo a Inspeção de Educação Physica. Moço ainda, já é um nome firmado nos círculos educacionais do Paiz, no ramo a que se dedicou Fez, com brilho raro seu curso em Victoria capital do seu Estado. Em 1933 aperfeiçoou seus conhecimentos technicos, por determinação do Governo capichaba (*sic*), na Escola de Educação Physica do Exercito. Em 1938, o Estado de Santa Catharina solicitou um tecnico de Educação Physica, ao Espírito Santo, Estado que se classificara entre primeiros do Brasil em Educação em geral e, especialmente, em Educação Physica; foi apresentado o sr. Aloyr Araújo para tão significativa responsabilidade que bem assumiu o moço espírito-santense, contractado para dirigir a Inspeção do Estado sulino. O que tem sido sua brilhante actuação, atestam os resultados obtidos pelo Estado de Santa Catharina, em Educação Physica, projectando-se, desde já, entre os mais efficientes promotores de preparação do Brasil, como a mocidade das escolas, consciente da finalidade do homem novo da América, sem duvida o futuro dirigente dos destinos do Mundo. O sr. Aloyr Arauja (*sic*), filho do Director da Imprensa Official do Espírito Santo, sr. Dario Araújo, que muitas vezes tem assumido a direcção da pasta do Interior e Justiça de seu Estado, é bem digno representante da terra capichaba no sul do Brasil”.

para o preenchimento da cadeira de Educação Física do Instituto de Educação da capital e de Lages, no ano de 1939.

No art. 6º do referido Decreto, estava previsto que enquanto não pudesse ser instalada a Escola de Educação Física nos moldes desejados, funcionaria em anexo à Inspetoria um Curso Provisório, cujo plano de ensino obedeceria, desde então, ao recomendado para a organização da Escola Nacional de Educação Física, proposto pelo Ministério de Educação e Saúde.

A primeira turma do Curso Provisório ingressou em meados de 1938 e sua formatura foi no início de 1939. Não funcionou de maio daquele ano, até o início de 1940, quando passou por uma reformulação a fim de adaptar-se às exigências de reconhecimento, equiparando-se à Escola Nacional de Educação Física pelo Decreto-Federal nº. 7366, de 10 de junho de 1941². A partir desse ano, o Curso Provisório passou a se chamar Curso de Habilitação para professores de Educação Física³, e no ano de 1946⁴, a seleção de ingresso contava com uma prova prática, sem mencionar sequer a permanência da prova escrita, e estava aberta à candidatura a professores primários, Inspetores Escolares e Diretores de estabelecimentos de ensino. (SANTA CATARINA. Portaria nº 359, de 21 de novembro de 1945).

A criação do curso de formação de professores para a Educação Física em Santa Catarina pautava-se no argumento oficial de que a disciplina, como até então era praticada nos estabelecimentos de ensino do estado, quando existia, sem base científica, em nada contribuía para os fins a que se propunha: a construção de cidadãos saudáveis e aptos para a vida em sociedade, traduzida em grande medida pelo aprimoramento da competência laboral. Ministrada por mestres mal preparados, a prática deformaria a infância e a juventude ao invés de aprimorá-la.

O discurso corrente a esse respeito era de crítica à completa ausência de fundamento científico, tanto na execução de um modelo didático, quanto na concepção das lições. Discursos dessa natureza se justificavam no que tange à formação de professores, em geral, mas em relação à Educação Física, porém, menos que uma desorganização, inexistia um

² Equiparar é o ato de tornar oficial a instituição adequando-a às exigências para o procedimento.

³ Há uma série de incongruências em relação ao nome que o Curso Provisório adotou a partir da sua equiparação à Escola Nacional de Educação Física. A partir do ano de 1941 é comum encontrarmos a denominação “Curso de Habilitação para professores de Educação Física”, mas no ano de 1944 é promulgado um decreto, de nº3.060, modificando a denominação do “Curso Provisório de Educação Física” para “Escola de Educação Física do Estado de Santa Catarina”. Nesse mesmo ano, pelo Decreto-lei n. 1.198, é criado o Curso de Habilitação de Professor de Educação Física.

⁴ A Circular n.4, do ano de 1944, determinava que o número de matriculados não excederia 120 alunos, em flagrante aumento das expectativas de inscrições ao curso, comparativamente a sua primeira edição.

plano construído para modelar os corpos infantis nas instituições de ensino e a iminência da sua necessidade se refletia na expressão que a Inspetoria passou a ter nesse campo.

A preocupação com a formação de professores para o cultivo da “cultura corporal” já vinha sendo apontada, havia alguns anos, no estado, e era reafirmada pelo Interventor Nereu Ramos ⁵ (1939, s.p.) em alocação proferida por ocasião da entrega de diplomas à primeira turma de professores da Escola de Educação Física, em 06 de maio de 1939. Em seu discurso, afirmava que a pouca atenção dedicada ao “cuidado físico” ocasionava a “decadência geral do país, cuja base econômica forçosamente [haveria] de estar no vigor físico de seus filhos.” Ressaltava que o progresso da nação dependia de uma educação voltada a satisfazer as necessidades do espírito, mas, sobretudo, a atender todos os sentidos do corpo humano. O vigor físico do cidadão brasileiro/catarinense era o que definia sua potência para o exercício do trabalho edificante para a Nação e, ao mesmo tempo, o que demonstrava sua pujança.

Dessa maneira, a contribuição da cultura física era bastante clara

Orientando a escola “no sentido da saúde”, pela prática de exercícios físicos tecnicamente ministrados; instituindo os serviços de higiene pre-natal (*sic*), pre-escolar (*sic*) e escolar, metódicos, regulares e meticolosos, procuramos, dentro nas possibilidades do erário, assegurar à raça que, neste pedaço privilegiado do Brasil, por ele porfiada e dedicadamente trabalha, com o fortalecimento e o vigor, a alegria santa de viver, que é o melhor instrumento das realizações humanas. [...] Dando ao corpo solidez, agilidade, harmonia e beleza sadia, garantiremos do mesmo passo ao país as energias de que há mister para o seu desenvolvimento e para o seu progresso. [...] Nas escolas a Educação Física. Fora e além delas, o esporte, não como simples diversão, sinão (*sic*) sobretudo como meio de revigoramento da raça. (RAMOS, 1939, s.p).

Na exaltação dos benefícios do correto direcionamento das forças físicas, Nereu Ramos destacava que a ausência de uma sistematização dos planos de educação dos corpos das crianças era um problema que urgia ser solucionado.

Lacuna das mais sensíveis a que marcava o nosso aparelhamento escolar, preocupado quase que exclusivamente da parte espiritual da educação. Assim falo, porque a Educação Física que, em traços fugidios, praticavam os nossos estabelecimentos de ensino, mal escapava àquilo de (*sic*) Gustavo

⁵ Embora Nereu Ramos tivesse começado seu mandato em 1935 como governador, com a instauração do Estado Novo passou a ocupar o cargo de Interventor Federal, a exemplo do que ocorrera em outras unidades da federação. Esta seria a posição que ocuparia por mais tempo, selando uma aproximação evidente com as tendências autoritárias da Era Vargas, já que sua nomeação era feita por indicação do Presidente. O período que governou Santa Catarina foi de extensas reformas no campo econômico e social, alcançando a educação por meio de uma série de medidas de organização das escolas primárias, secundárias e normais sob sua responsabilidade.

Capanema: ‘ao invés de aprimorar a infância e a juventude, não raro lhes levava à deformação ou a lesão irreparável’, porque ministrada por ‘mestres improvisados no preparo e errados no saber’. (RAMOS, 1939, s.p.).

Tal preocupação estava ligada intimamente ao projeto de edificação do espírito nacional, promulgado no campo da educação desde o início dos anos de 1930. Daí os imperativos de obediência, saúde, vitalidade, serem apropriados pelo discurso sobre a educação corporal, seguindo as tendências do governo autoritário no sentido de se criar um novo modelo de cidadão brasileiro e a formação de professores para a disciplina deveria estar imbuída desse ideal de homem branco, civilizado e dotado para a atividade laboral; um trabalhador que estivesse ciente do lugar que ocupava na hierarquia social, ordeiro e obediente às regras sociais.

O Curso Provisório da capital.

O Curso Provisório, criado por meio do Decreto nº 508 de 18 de agosto de 1938, abriu seleção para o primeiro trimestre do ano de 1939. Recebeu inscrições de professores já titulados em escola secundária, normal ou complementar, de ambos os sexos, para aquilo que ficou conhecido como uma “especialização”. Todos os candidatos a uma vaga eram obrigados ainda a apresentar atestado de boa conduta emitido por autoridade policial.

Sua criação, implementação e o número de discursos que se fez sobre ele, demonstram o lugar que o curso de especialização para a disciplina de Educação Física tomava nos projetos educacionais catarinenses. A formação para as outras disciplinas oferecida no curso normal visava embasar o professor nas técnicas didáticas, mas especialmente, no fundamento científico de interpretação dos fenômenos psicológicos, biológicos e sociológicos. Para cuidar do tênue fio que separava o aperfeiçoamento corporal da busca de um padrão estético, dos usos do corpo e de suas forças em exposições inúteis, em diversões diletantes, era requisitado um profissional que conhecesse os fundamentos e os objetivos da disciplina. Assim, urgia que a formação para Educação Física tivesse um estatuto de igual valor em referência a outras disciplinas, dadas as inúmeras responsabilidades implicadas na atuação do professor.

Assim, a fim de dar instrução especializada para consecução desses fins, os professores normalistas ou secundaristas se submetiam, no estado de Santa Catarina, a uma formação que duraria três meses (Decreto nº 1198). Ao completarem o curso, os docentes seriam exonerados de seus cargos de origem e nomeados professores de Educação Física, de acordo com o Decreto-lei nº 72, de março de 1938. Ao final da formação, no caso de ser

considerado inapto, o docente regressaria a sua primeira função com uma redução de 30% dos pontos⁶ a serem contabilizados para os concursos de remoção ou promoção. Haveria ainda uma distinção exposta já nos objetivos do curso: a formação de professores e de *instrutores* de Educação Física.

Essa diferenciação entre as funções se expressava na legislação segundo o tipo de trabalho exercido por cada um – e, de fato, encontra-se uma série de fontes que comprovam que esta titulação diferenciada passou a existir. Enquanto a cadeira de Educação Física nas escolas seria ocupada por um professor, as associações desportivas receberiam o instrutor que, segundo o Decreto, era a titulação dada aos candidatos que não satisfizessem os requisitos da matrícula para o curso de professores, ou seja, que não possuíssem a formação inicial exigida, ou ainda, aparentemente, qualquer outro candidato, descrito da seguinte forma: que tivesse curso superior ou secundário em estabelecimento oficial ou equiparado; tivesse idade superior a 18 e inferior a 35 anos, contada até a data da matrícula; que demonstrasse aptidão e capacidade para ministrar o ensino da Educação Física; que tivesse robustez e sanidade física e mental comprovadas em inspeção perante junta médica designada pelo Secretário do Interior e Justiça.

No caso de ser complementarista⁷, era necessário que o candidato possuísse um ano ou mais de exercício do magistério no estado. Para o curso de instrutores poderiam ser admitidos aqueles que não cumprissem o requisito da alínea (a), mas que tivessem se submetido e obtido aprovação em exame de habilitação elaborado pela Inspetoria de Educação Física. Este se compunha de uma prova escrita, de acordo com os programas anualmente elaborados pela Inspetoria de Educação Física. Após o período de aceite de candidaturas no ano de 1938, o quadro geral de ingresso na escola era de 25 professores e 11 “candidatos estranhos ao magistério” que “havia requerido matrícula, instruindo os seus documentos dentro das exigências legais do edital” SANTA CATARINA. Decreto n. 508, de 18 de agosto de 1938.)

Não há informações a respeito do número de vagas oferecidas, mas a primeira turma ficou assim composta, depois dos resultados da inspeção médica: vinte e uma moças e nove

⁶ Não há informações claras sobre essa contagem de pontos, ou mesmo a que esses pontos se referiam. Em algumas passagens de decretos e minutas, percebe-se que isso provavelmente se referia a registros de desempenho funcional ou habilitação profissional, a serem considerados quando o professor se candidatava a alguma nova função ou nos concursos de remoção.

⁷ O curso complementar foi instituído pela chamada Reforma Orestes Guimarães (Decreto nº 572, de 25 de Fevereiro de 1911), tinha duração de três anos e formava professores para as escolas isoladas. Segundo Daros (2005, p.13): “O regulamento das Escolas Complementares estabelecia que ‘na escola complementar, o aluno vai consolidar e desdobrar os ensinamentos recebidos nos vários cursos a que está subordinado o ensino ministrado no grupo’. A escola complementar habilitava os egressos a se matricular em no 3º ano da Escola Normal [...]. Por isso, o programa das Escolas Complementares era idêntico ao dos dois primeiros anos da Escola Normal.”

rapazes, tendo sido cinco moças consideradas inabilitadas e uma outra desligada antes da matrícula.

O currículo do Curso Provisório, já definido pelo regulamento do Decreto nº 508, é a representação oficial daquilo que se pensava como adequado. A sua forma, de fato, implementada, e os conhecimentos efetivamente valorizados na formação dos professores em fins da década de 1930 e início da de 1940 vão demonstrando os projetos que perpassavam a escola, dentre a construção de uma saúde física que se refletiria numa forma de vida salubre e adequada aos rumos da nação.

Mais que decifrar os conteúdos, a partir daqui, importa entender o sentido que a constituição de um currículo, de um projeto de formação de professores para a disciplina assumiu no contexto catarinense, do início do século, e como expressava os anseios de uma pedagogia científica.

Sobre conteúdos e organização da formação

É sobre o corpo dos sujeitos escolares que incidem as práticas aprendidas no Curso Provisório de Educação Física. E é também por meio dele que se pretendia alcançar o novo homem brasileiro no início do século XX no Brasil. Portador de moléstias diversas era um corpo que deveria sofrer a intervenção higienista dos dispositivos disciplinares e de controle do Estado. A escola, representativa deste poder, instituída nos moldes clínicos, ajustaria as condutas. O físico deveria ser moldado a fim de suportar as horas de “preleções sobre assuntos heterogêneos” e, ainda assim, não fatigar o cérebro e o organismo em formação. Haveria a necessidade, pois, de retardar a fadiga do corpo por meio de uma organização racional do trabalho físico e pela alternância entre exercício físico e intelectual, o que potencializaria o aproveitamento da criança.

A correção das deformidades físicas, ou mesmo a sua prevenção, dar-se-ia por meio da preparação de professores nas bases da ciência emergente, a fisiologia que, nas palavras publicadas na Revista Estudos Educacionais (1946, n.6), fundava-se na prescrição de métodos mais modernos, atuando sobre o centro nervoso e, por conseqüência, sobre a inteligência.

Ao corpo docente caberia o trabalho prático e teórico (escritos, orais e práticos), avaliações mensais dos alunos. O professor encarregado do serviço médico do curso (o professor de Biometria) controlaria o estado fisiológico dos alunos, preencheria as fichas

médicas, determinaria a dispensa por motivos de doença, emitiria pareceres sobre casos especiais, assim como prestaria socorro de urgência. À Direção Técnica competia “corrigir as deficiências”⁸ no sentido didático e administrativo, ou seja, estariam a seu encargo as instruções no sentido pedagógico e disciplinar, saneando possíveis problemas em ambos os setores. Ela seria responsável por determinar “a ordem interna das aulas” e julgar as medidas disciplinares (Inspetoria). Além da Direção Técnica, Professores e Instrutores, o curso previa a presença de monitores⁹.

A aprovação do aluno ocorreria mediante a aferição da aprendizagem por exames realizados pelos professores, que segundo o Inspetor Aloyr estavam assim distribuídos:

Para averiguar o aproveitamento dos alunos, foram realizadas provas mensais escritas para as disciplinas do programa geral de ensino, com exceção do canto coral que foi ministrado a título de experiência, razão porque os graus conferidos nesta disciplina não figuram na “ficha escolar” dos alunos do Curso. Dado a grande importância de ser conhecido o estado de saúde dos alunos em face do regime de trabalho físico e mental dos Cursos de Educação Física, vários foram os exames a que eles se submeteram durante o período letivo. Além da inspeção médica inicial para a matrícula no Curso tiveram os alunos a assistência diária do médico. Durante o ano escolar foram realizados 3 exames biométricos (o 1º feito no Departamento de Saúde Pública), 2 controles tensioesfigmométricos do exercício tanto para a seção feminina como para a masculina. Os exames práticos para a obtenção dos Certificados de Educação Física Elementar e Secundária foram efetuados com extraordinário interesse e aproveitamento, tendo alguns alunos registrado excelentes resultados. (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1940, s.p).

O conceito final seria obtido pela média aritmética entre o grau de aprovação em cada matéria e a nota de aplicação emitida pela direção técnica. Quem obtivesse a menção insuficiente receberia um certificado de curso de aproveitamento, como uma espécie de atualização didático-pedagógica.

Aqueles que se formassem nos curso de Educação Física seriam aproveitados para “dirigirem e ministrarem esta especialidade nos estabelecimentos de ensino e sociedades esportivas” (Artº. 53), demonstrando a preocupação com a normatização das práticas também

⁸ É interessante destacar o uso de uma linguagem muito próxima do vocabulário médico, mesmo quando a referência era a outros procedimentos.

⁹ A função de Monitor de Educação Física foi criada pelo decreto-lei nº 171, de 23 de agosto de 1938. Nele há apenas um artigo que define que o cargo deverá ser exercido por “quem tenha o curso oficialmente reconhecido”. Pressupõe-se que esta formação seja em Educação Física e, baseando-se em uma série de fontes iconográficas, deduz-se que o monitor acabou sendo, em maioria, um elemento da força policial ou do exército, devido à freqüente presença em fotografias de aulas de Educação Física. Há menção sobre a existência de “cinco monitores da Fôrça Policial” em relatório da Inspetoria do ano de 1940.

nas instituições que eram essencialmente reprodutoras da cultura estrangeira, como as associações de ginástica e desportivas. Por isso mesmo, pela função nacionalizadora imputada à presença de professores de Educação Física nesse tipo de associação, o art. 59º fazia uma distinção entre os alunos civis e militares, dando preferência aos últimos para assumir a tarefa de instrutores. Aos professores do interior, como uma alternativa aos estrangeiros que já lecionavam ginástica nas escolas e que desejassem frequentar o curso de Educação Física, o Governo do Estado se propunha a fornecer a passagem da cidade de origem para a capital. (Art 62º).

Não havia nenhum tipo de distinção expressa entre a habilitação de professores para gêneros e atuação em seções separadas (masculina e feminina). A única diferença nas funções que poderiam ser exercidas pelos professores, ainda que não desenvolvida no regulamento, era a habilitação para o exercício docente da Educação Física na escola elementar e para o curso secundário. Não está claro, em momento algum, seja no Regulamento ou no desenvolvimento do curso, quais elementos de formação eram específicos para tais habilitações. É possível que estes fossem apenas uma menção genérica à necessidade de instruções para a faixa-etária, mas cumprido por todos os alunos matriculados do curso. Tanto assim, que o Relatório da Inspeção do ano de 1940 demonstra que todos os 30 ingressantes na primeira edição do curso obtiveram os certificados de Educação Física elementar e secundária. A necessidade de professores habilitados demonstrava ainda o esforço que se fazia para conquistar o maior número de aprovados, como demonstra o mesmo relatório: “Houve alunos que alcançaram os limites de performance das provas após três tentativas, istoé (*sic*), submeteram-se ao exame prático três vezes”. O aproveitamento no exame prático, com nota mínima estabelecida em 6,0 (seis vírgula zero), era um dos critérios de aprovação, somado à nota nos exames escritos.

A necessidade de garantir a eficiência na obtenção de características que habilitassem os professores para o ensino da Educação Física levou a Inspeção não somente a repetir os exames quantas vezes houvesse sido necessário, mas também a criar uma espécie de laboratório de docência que ficou conhecido como o “Curso Infantil de Educação Física”, cujo objetivo era a “prática biométrica e [...] o treinamento de aula de direção dos alunos cursistas.”

No sentido de treinar os alunos no Curso Provisório de Educação Física na “direção de aulas” para crianças, foi reaberto o Curso Infantil para filhos dos veranistas da Praia de Coqueiros. A escolha do local foi devido a facilidade de organizar o Curso naquela praia, em coordenação com as aulas de

desportos aquáticos do Curso Provisório de Educação Física. Devido a pequeno atraso na matrícula das crianças as aulas do Curso Infantil só foram iniciadas em 5 de janeiro desse ano. Esta iniciativa da Inspeção foi bem recebida e aplaudida pelos veranistas e famílias ali residentes. A matrícula atingiu a 30 crianças. (SANTA CATARINA, 1940, s.p.).

O curso infantil servia de treino para as futuras atividades que seriam exercidas pelos professores de Educação Física nas escolas, ou nos outros espaços que de seus serviços dependessem. Não há notícias nos jornais locais sobre o Curso Infantil, mas é interessante pensar essa questão no âmbito da pedagogia experimental que já assumia importante lugar nos cursos de formação de professores. A criação de um espaço de ensaio das práticas, a exemplo do que ocorrera no famoso Laboratório Experimental de Pedagogia anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo, no ano de 1914, mostrava as ambições e conexões do curso com o estatuto científico que se pretendia por meio das ciências experimentais. O curso funcionava como um teste das habilidades de professores para a condução das aulas, de agrupamento pelas características fisiológicas dada a diversidade do grupo, mas também servia ao propósito de correção no método que seria posteriormente aplicado nas escolas. Como afirma Carvalho (2000), no campo da pedagogia entendida como *arte de ensinar*, o método não era dissociável das *artes de fazer*, do que decorria uma política de formação docente centrada na produção de condições materiais que favorecessem a imitação inventiva de modelos.

Ainda assim, numa nova pedagogia que exortava os benefícios da experimentação e da prática, os fundamentos psicológicos, filosóficos e sociológicos se faziam presentes na profusão de autores referenciados nas mais diversas ocasiões.

Fernandino Caldeira de Andrada, orador da primeira turma do Curso Provisório da capital, citava em seu discurso, máximas de Pestalozzi, Rousseau e Spencer, a fazer ver os grandes teóricos nos quais os debates sobre a educação integral, e em especial, a cultura do físico se baseava. De Rousseau, Fernandino apropriava a máxima “Para robustecer a alma [...], é necessário robustecer os músculos. Quanto mais fraco o corpo fôr, diz Jacques Rosseau, mais impéra, quanto mais forte mais obedece.” (A GAZETA, 1939, s.p.)

A citação completa é a que segue, retirada da obra Emílio, emblemática escrita do autor

[...] é preciso que um corpo tenha, vigor para obedecer à alma: um bom servo deve ser robusto. Eu sei que a intemperança excita as paixões [...] Quanto mais fraco é o corpo, mais ele comanda; quanto mais forte mais obedece. Todas as paixões sensuais se alojam nos corpos efeminados, daí ser

sua irritação tanto maior quanto menos os puderem satisfazer. (ROUSSEAU, 1992, p. 91).

Ressalta-se daí, ainda que o Autor do discurso tenha reiterado o fortalecimento do corpo como um dos mais importantes benefícios da Educação Física, que o sentido atribuído por Rousseau à educação do corpo, refere-se mais ao controle das paixões, dos impulsos, à faceta do domínio da natureza dada pelo aprendizado social das normas de civilidade. Ainda que desconfiado do projeto de civilização racionalista, Rousseau propôs uma educação do corpo que deveria afastar Emílio das paixões "danosas". Paradoxalmente, o que o Autor traz à tona é a distinção iluminista entre corpo e espírito, que se esforçou para transformar o primeiro "em coisa a possuir", objeto de dominação e matéria bruta, servindo a sua finalidade social, qual seja o *training* e a edificação de uma postura ereta, forte e dominadora.

Outra citação aparece no discurso de Fernandino Caldeira de Andrada (1939) para reforçar o sentido atribuído ao exercício físico como um meio de fortificar o corpo para o saneamento ou dominação moral. O Autor, desta vez evocado, é Herbert Spencer: "Pouca gente (diz Spencer) parece compreender que existe no mundo uma coisa a que se poderia chamar a 'moralidade física' e conseqüentemente qualquer prejuízo causado voluntariamente à saúde constituiria um 'pecado físico'." (Idem). A exaltação da "moralidade física" significa no contexto da obra de Spencer um cuidado com a manutenção de uma saúde que deve ser propagada pela descendência, pela linhagem e hereditariedade, ao se tornar índice do vigor de toda a nação. Nesse sentido

A Educação Física revela-se do máximo interesse porque ela potencia o desenvolvimento das crianças. A luta pela sobrevivência e a prosperidade de um país requerem corpos sãos, aptos para enfrentar os desafios que a sociedade coloca. O cuidado do corpo passa a assunto do máximo interesse e uma nação que queira acompanhar a via do progresso e da civilização não pode de maneira alguma desprezar. Os custos de não se prestar a devida atenção são muito elevados. Não só a debilidade incapacita o próprio, como traz conseqüências nas gerações futuras. Isto quer dizer que se deve declarar guerra aberta a tudo o que possa fragilizar a robustez e a virilidade do corpo. A moralidade física, como já vimos anteriormente, impõe-se como um dever. A defesa desta faz-se necessariamente pela Educação Física. Nesta perspectiva de influência Spenceriana, a defesa da Educação Física torna-se uma questão vital para combater a degeneração da humanidade (BRÁS, s.d., p.19).

O motivo pelo qual Rousseau, Spencer e, por último Pestalozzi, citado mais genericamente pelo formando, são colocados como referências para a defesa de uma Educação Física nas escolas pode se basear no fato de que os três autores comungam do princípio básico de que é primordial intervir desde cedo nos corpos infantis para direcionar o

comportamento, o espírito, a tendência, como quer que cada um deles chame o elemento subjetivo da formação das personalidades. Ao dedicar-se ao aprimoramento, ao esquadramento, à inculcação do auto-governo, os autores têm em comum, ainda que o contexto em que redigiram suas obras seja bastante distinto, a busca por uma racionalização do corpo por meio do seu exercício e do seu aprimoramento, subjacentes a um discurso de interesse pela saúde. Saúde como controle, bem entendido.

Nesse caso, o homem forte para a nação e moralmente sadio para a família denota uma separação entre corpo e espírito que se colocam como objetos de processos educativos distintos (educação intelectual e Educação Física), mas que são coadunados sob o mesmo discurso pedagógico: de necessário domínio da natureza.

A sociedade quando à economia repousa da produção de trabalho: logo o homem deve ser um animal forte; sociologicamente, ela, a sociedade, repousa na harmonia moral, exigindo homens normalmente morais: logo o homem deve ser sadio de espírito; e, finalmente para o seu progresso, a sociedade exige homens inteligentes. Fortes, sadios ou são de espírito e inteligentes, eis as três características as quais convêm à conservação e melhoramento de nossa espécie. (A GAZETA, 1939, s.p.).

A idéia de coesão, de unidade nacional teve forte incidência sobre as comunidades estrangeiras estabelecidas no estado, fazendo a campanha de nacionalização ecoar também por meio da disciplina de Educação Física, que passava a ser vista como um instrumento de conquista da integração entre etnias. Dizia-se em terras catarinenses que o preparo físico da juventude para o exercício da plenitude de suas faculdades em função da Pátria e da sociedade concretizava-se na organização da cultura física sob as diretrizes técnicas. Por isso mesmo, a educação do corpo seria “matéria de cogitação quotidiana, sobre que incidem também as transformações que se processam a favor da elevação do nível social e cultural do país, com a valorização do corpo do homem para a tarefa de exploração e dinamização das riquezas que o cercam.” (DIÁRIO OFICIAL, 1941, n. 2036, p.1). Nesse sentido, o aprimoramento físico das gerações novas serviria à reabilitação racial do “tipo brasileiro”, cujas características já estavam traçadas no plano de modernização social.

À guisa de consideração.

O curso de formação de professores para a Educação Física no estado de Santa Catarina formalizava na ordem jurídica, uma ambição de intervir não só nos espíritos, mas

também nos corpos dos escolares, produzindo “a educação integral” e o governo subjetivo por meio de conhecimentos provenientes de diversos campos de conhecimento.

Nesse contexto, o que se constata é que o currículo do curso de formação de professores incorporava uma série de inovações do campo científico do início do século XX: pedagogia, noções psicopedagógicas da Educação Física, fisioterapia aplicada, higiene, anatomia e cinesiologia. Além de complementar a formação de professores, em geral, o que se pode perceber é que em momentos distintos de organização curricular há certa continuidade nas disciplinas ensinadas, quais sejam aquelas que descrevem as noções gerais de funcionamento do corpo e do método de ensino de Educação Física. Muito se assemelha aos princípios pedagógicos em voga no momento em que a reestruturação dos cursos passava pela incrementação científica dos métodos.

Desde a primeira definição do programa do Curso Provisório, de 1938, há uma menção genérica aos esportes e aos jogos como parte do conteúdo do “ensino prático” e, aos poucos, até 1945, seu currículo vai demonstrando as ambições do Departamento de Educação em profissionalizar a atuação dos professores da disciplina.

A partir do ano de 1941 não há muitas informações disponíveis sobre o desenvolvimento dos cursos de formação de professores de Educação Física, apenas algumas circulares que regulamentam instruções curriculares e alguns poucos relatórios e planos de ensino encontrados nas unidades escolares, sugerindo que não eram mais remetidos à Inspeção. Os relatórios dessa última também passam a dar ênfase aos efeitos que a política de organização do campo da Educação Física vinha tendo nas escolas do estado e, conseqüentemente, para o melhoramento da raça, semelhante ao espírito da exortação do discurso de formatura proferido pelo professor Fernandino Caldeira de Andrade:

Distribuíamos a semente da saúde por esta nossa terra, para que ela se torne um dia esteio forte; ajudando-nos a manter bem alto o estandarte da Educação Física!

A glória de colaborarmos a formação de um povo eugênico!

A glória de prepararmos músculos fortes, aptos para os muitos trabalhos da nossa terra!

A glória de exercitar homens destros para a defesa do solo pátrio!

A glória enfim de contribuímos na formação grandiosa de um Brasil forte, saudável e belo (A GAZETA, 1939, s.p).

Os discursos sobre essa noção de uma raça que poderia ser moldada por estratégias de intervenção e que acreditavam na possibilidade de aprimoramento do patrimônio biológico hereditário, refletiam-se nas funções que a Educação Física Escolar exercia. A disciplina administrada corretamente viria a contribuir para os aspectos somáticos, favorecendo a reprodução de uma raça sadia a ser vista na herança genética dos filhos. Claramente este debate não punha como uma possibilidade legar às gerações pósteras a educação de si. Estava colocado de maneira evidente que os filhos daqueles que praticassem exercícios físicos e tivessem conquistado uma composição muscular sadia e enrijecida não seriam capazes de transmitir tal disposição corporal aos filhos. Assim, a edificação do projeto de formação para a disciplina de Educação Física no estado de Santa Catarina, traduzida no Curso Provisório da capital, pelo menos durante uma década, formou o contingente que se espalhou pelas escolas do estado, difundindo um projeto oficialmente delineado para a prática de exercícios físicos e para a construção do homem novo.

TEACHER TRAINING FOR PHYSICAL EDUCATION IN SANTA CATARINA (1930-1940)

Abstract

Teacher training for physical education in the state of Santa Catarina drew the attention of the intellectuals heading the Department of Education in the 1930s. During this period, in which the discourse of the somatic education of the subject became implemented as an educational policy, the state committed itself to creating a teacher training course specifically for this subject. The Provisional Course of the capital, as it became known, took the first steps in systematizing a method that would be applied in implementing the physical educational programs for primary and secondary schools, also putting into practice political ideals, which, at the time, permeated educational discourses more generally. In this way, physical education gained space as a subject in the school curriculum and its teachers came to be instructed via a rational and scientific pedagogy.

Keywords: Teacher training. Physical Education. Pedagogy.

Referências

A GAZETA. CURSO de Educação Física: O QUE DECLAROU A “A GAZETA” O PROFESSOR ALUIR (SIC) QUEIROZ DE ARAUJO. *A Gazeta*, Florianópolis, 1939.

ANDRADA, F. C. de. Colou grau, no sabado último, a primeira turma de professores de educação física. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 1939.

BOMBASSARO, Ticiane. *A Educação física no estado de Santa Catarina : a construção de uma pedagogia racional e científica (1930-1940)*. 240 p. Tese (Doutorado) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2010.

BRAS, J. G. V. A genealogia da Educação Física II. A constituição do dispositivo da verdade. CARVALHO, M. M. C. de. Modernidade Pedagógica e Modelos de Formação Docente. **São Paulo em Perspectiva**, 14(1), 2000.

DAROS, M. das D. **Formação de professores em Santa Catarina: breves considerações.** In: DAROS, M. das D.; SILVA, A. C. da.; DANIEL, L. S. Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinense (1883-1946). Florianópolis: Núcleo de Publicações, 2005.

DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Educação Física. Florianópolis, 19 de junho de 1941, Ano VIII, número 2036.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Sem data. Parte do arquivo pessoal de Aloyr Queiroz de Araújo.

ESTUDOS EDUCACIONAIS. Florianópolis/SC: Imprensa Oficial, n. 6, mar., 1946.

GOELLNER, S. V. **O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola.** Porto Alegre: UFRGS/PPGCMH, 1992. (Dissertação de mestrado em Educação Física).

RAMOS, N. **A Obra Nacionalizadora do Estado Novo: Educação Física.** Discurso proferido por ocasião da formatura da primeira turma de professores de Educação Física em Santa Catarina. Imprensa Oficial do Estado, 1939.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 508**, de 18 de agosto de 1938. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1938.

SANTA CATARINA. **Decreto-lei nº125**, 18 de junho de 1938. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1938.

Recebido em: março de 2011

Aprovado em: abril de 2011